

"Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, la Asociación Mexicana de Ciencia Política y el Tecnológico de Monterrey, 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto 2019"

**CORONELISMO NO NORDESTE:  
O Processo de ruptura do voto de cabresto do curral eleitoral  
(Seridó potiguar, 1950)**

Cícero José Alves Soares Neto\*  
**cicero.soares@ufu.br**  
Universidade Federal de Uberlândia  
UFU

## RESUMO

Esta investigação se propõe a compreender o significado do sistema de compra e venda do voto, por intermédio do aliciamento mercantil do cabo eleitoral no sertão nordestino algodoeiro. Trata-se de entender, historicamente, o que representou o ganho econômico em troca do apoio político da população votante nas disputas partidárias do poder local, no Seridó potiguar, após 1945. Para alcançar esta meta, pretende-se, inicialmente, apreender a estratégia de dominação política do sistema de mediação do coronel, identificando as fontes de articulação do vínculo social do eleitorado do campo com o coronelato rural. Deste modo, caracteriza-se a especificidade da relação política do coronelismo. Para isto, busca-se definir *o que é (e o que não é)* o voto cativo do coronel. Assim, identifica-se a singularidade do voto de cabresto do curral eleitoral do coronel.

Em função deste objetivo, tenciona-se abordar não a relação “externa” do fenômeno, isto é, a aliança do poder local com o poder central, mas a organização “interna” do coronelismo: a estratégia da dominação política do coronelato rural, ou seja, o nexo de vinculação social que o une a massa votante do campo. Assim, a pesquisa busca identificar “*o que*” determina o “*voto-de-cabresto do curral eleitoral do coronel*”? Em vista desse vínculo social, pretende-se conhecer a lógica política da mercantilização da população eleitoral na sociedade rural nordestina algodoeira.

A preocupação central deste trabalho reside em identificar, no debate “centralismo X privatismo”, se o vínculo social entre o coronelato rural e a população votante do campo se fundamenta em qual dos dois modelos interpretativos da tradição localista: na “relação de dependência” (LEAL, 1978); ou na “relação de interdependência” (QUEIROZ, 1976).

Metodologicamente, esta proposta de trabalho adotou como método o estudo de caso e, também, a entrevista semiestruturada como técnica do resgate da memória social do semiárido nordestino.

\*Professor aposentado

## INTRODUÇÃO

Esta investigação se propõe a compreender o significado do sistema de compra e venda do voto, por intermédio do aliciamento mercantil do cabo eleitoral no sertão nordestino algodoeiro. Trata-se de entender, historicamente, o que representou o ganho econômico em troca do apoio político da população votante nas disputas partidárias do poder local, no Seridó<sup>1</sup> potiguar<sup>2</sup>, após 1945. Para alcançar esta meta, pretende-se, inicialmente, apreender a estratégia de dominação política do sistema de mediação do coronel, identificando as fontes de articulação do vínculo social do eleitorado do campo com o coronelato rural. Deste modo, caracteriza-se a especificidade da relação política do coronelismo. Para isto, busca-se definir *o que é (e o que não é) o voto cativo do coronel*. Assim, identifica-se a singularidade do voto de cabresto do curral eleitoral do coronel.

Em função deste objetivo, tenciona-se abordar não a relação “externa” do fenômeno, isto é, a aliança do poder local com o poder central, mas a organização “interna” do coronelismo: a estratégia da dominação política do coronelato rural, ou seja, o nexo de vinculação social que o une a massa votante do campo. Assim, a pesquisa busca identificar “*o que*” determina o “*voto-de-cabresto do curral eleitoral do coronel*”. Em vista desse vínculo social, pretende-se conhecer a lógica política da mercantilização da população eleitoral na sociedade rural nordestina algodoeira.

A preocupação central deste trabalho reside em identificar, no debate “centralismo X privatismo”<sup>3</sup>, se o vínculo social entre o coronelato rural e a população votante do campo se fundamenta em qual dos dois modelos interpretativos da tradição localista: na “relação de dependência” (LEAL, 1978); ou na “relação de interdependência” (QUEIROZ, 1976).

A argumentação desenvolvida nesta análise, denominada de “tese da ruptura”, ao se inserir na caracterização da singularidade do sistema de mediação coronelista, apropria-se da tese exposta por Leal (1978), que “vincula a massa votante cativa à organização social”. Porém, objetiva superar a sua ótica generalizante, ao tipificar *a peculiaridade da estratégia da dominação coronelista, no sistema algodoeiro*. E, também, visa apreender o significado das “traições” do eleitorado cativo ao coronelato rural, após 1945, conforme registro histórico no seu estudo clássico. Além disto, assimila a tipologia dos articuladores políticos (“mediador” e

---

<sup>1</sup> Ver, no trabalho original mencionado, 3.11. Seridó: localização.

<sup>2</sup> Relativo ao território do Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> Os estudos sobre a formação social brasileira tiveram no debate “feudalismo X capitalismo” um canal de interpretação da sociedade nacional. A controvérsia “centralismo X privatismo” tornou-se uma alternativa capaz de entender a realidade brasileira.

“intermediário”), proposta por Silverman (1965), e a distinção entre os sistemas de “patronagem” e “brokerage” esboçada por Boissevain (1969). Por fim, incorpora a contribuição de Gras (1979), ao sistematizar como se dá o processo de ruptura: *usura no sistema, a transformação do elemento central, as transformações cumulativas, a tensão interna e o choque externo*. Portanto, a partir desta articulação conceitual (LEAL, 1978; SAES, 1978; SILVERMAN, 1965; BOISSEVAIN, 1969; GRAS, 1979), a interpretação da “tese da ruptura” contra argumenta com a “tese da barganha eleitoral” (QUEIROZ, 1976).

Esta investigação adotou o estudo de caso como procedimento metodológico deste objeto de estudo: *a identidade política do voto de cabresto do curral eleitoral do coronel*. E a pesquisa se valeu de dois tipos de registro para compreender a relação política no campo: o documental e o oral. O registro documental contribuiu com dois tipos de informações: o quantitativo e o qualitativo. No primeiro tipo de informação, o quantitativo, os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as informações oriundas do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) se tornaram fundamentais à interpretação sobre a realidade sócio econômica algodoeira seridoense potiguar. Com base na fonte jurídica, o alistamento eleitoral, do ano de 1910, do Município de Acari, no Estado do Rio Grande do Norte, identificou-se a composição social do eleitorado de uma comunidade seridoense. No segundo tipo de informações, o qualitativo, os Acórdãos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral, do Rio Grande do Norte (TRE/RN), de 1945 a 64, demonstram os litígios eleitorais nas suas diversas manifestações. Além desta fonte jurídica, os discursos dos parlamentares, registrados nos Anais<sup>4</sup> do Diário do Congresso Nacional e os registros biográficos dos memorialistas se tornaram informações documentais significativas para a compreensão do comportamento político da massa votante do Seridó potiguar. O registro oral, com o testemunho privilegiado de quem participou do processo eleitoral, “o idoso seridoense”, permitiu entender como ocorreu à entrada do homem do campo nas disputas eleitorais do poder local, no Seridó potiguar, no período: 1910-1950<sup>5</sup>.

O trabalho de campo efetuado no Seridó resgatou 59 depoimentos orais, com 2.217 minutos (ou quase 37 horas). A entrevista semiestruturada foi o instrumento técnico de coleta de dados da memória social e política do seridoense. Adotou-se uma amostragem não-

---

<sup>4</sup> Restringiu-se a investigação documental aos discursos e debates referentes a legislação eleitoral brasileira, inclusive com as denúncias das práticas fraudulentas usadas no rito eleitoral.

<sup>5</sup> O recorte histórico de 1910-50 da fonte oral deve-se ao fato de que o resgate do trabalho de campo registra informante que iniciou a participação política na eleição de 1910. E a década de 1950 insere-se pelo significado que o período representou para a compreensão do processo de ruptura do fenômeno.

probabilística<sup>6</sup>, por tipicidade<sup>7</sup>, no resgate do depoimento dos idosos seridoenses. Estruturalmente, foram quatro os temas abordados na gravação sonora do trabalho de campo: os dados pessoais do informante, a realidade socioeconômica da época, por intermédio do testemunho oral do depoente, o resgate da vida escolar do idoso e a entrada da participação político-eleitoral do homem do campo nas disputas partidárias seridoenses.

Portanto, esta investigação, estrategicamente, ao integrar e confrontar os dois tipos de registro, o documental e o oral, buscou credibilidade e confiabilidade na fundamentação desta interpretação que identifica “contradição”, ao invés de “unidade”, na relação “coronel-cabo eleitoral”.

E o que significa identificar contradição na relação “coronel-cabo eleitoral? ”. A hipótese de trabalho e as teses geral e específica deste estudo demonstram o significado da contradição entre os sistemas políticos comandados pelo coronel (sistema de mediação) e pelo cabo eleitoral (sistema de intermediação).

A hipótese de trabalho desta pesquisa caracteriza como a estrutura social do sistema algodoeiro articula a participação do eleitorado da zona rural, de forma distinta, no processo eletivo:

**“Inicialmente, no sistema de produção, na relação de parceria, ocorre uma vinculação sócio-política entre o proprietário de terra e o morador. Configura-se, apenas neste caso, o voto de cabresto.**

**No sistema de comercialização, estabelece-se a vinculação entre o sitiante (pequeno e médio proprietários) e a usina de beneficiamento do caroço do algodão<sup>8</sup>. Origina-se, da relação comercial, a clientela eleitoral.**

**Portanto, a usina algodoeira organiza, distintamente, a participação política do morador, na aliança vertical, com o voto de cabresto; e a participação política do sitiante, na aliança horizontal, com o voto de clientela”.**

As teses (geral e específica), desta investigação, identificam a contradição entre os dois sistemas de recrutamento e mobilização política na sociedade rural (sertaneja nordestina algodoeira), demarcando o processo de superação do sistema de mediação do coronel pelo sistema de intermediação do cabo eleitoral.

---

<sup>6</sup> A amostragem não-probabilística, pela peculiaridade do informante, não pode ser objeto de tratamento estatístico, ora na seleção do depoente, ora na aplicação das fórmulas estatísticas dos erros de amostra.

<sup>7</sup> Por tipicidade, deve-se entender um subgrupo que seja típico e representativo da população como um todo.

<sup>8</sup> Doravante, denomina-se, de forma sincopada, usina algodoeira ou usineiro algodoeiro, quando se refere ao proprietário da empresa de transformação deste produto agrícola.

Assim, a tese geral determina que: **“A compra e venda do voto provocam a expulsão do eleitorado de cabresto dos currais eleitorais do coronel, após 1945”**. Enquanto a tese específica define que: **“O processo de ruptura nos currais eleitorais ocasiona a transferência da função de articulação política do coronel para o cabo eleitoral”**.

Esta interpretação se encontra organizada, estruturalmente, em três etapas: inicialmente, apresenta-se o debate conceitual referente ao clientelismo político, por intermédio dos paradigmas interpretativos da concepção funcionalista, com os conceitos fundamentais que essa corrente apresenta para discussão. Em seguida, insere-se a crítica marxista aos pressupostos funcionalistas, principalmente a questão de classe social. E, ao aplicar os conceitos à realidade nacional, contextualiza-se a contribuição historiográfica nacional e internacional sobre o coronelismo brasileiro, em três fases distintas: ***clássica, contestação e reinterpretção***. Num segundo momento, aponta-se a estratégia da dominação política do coronelismo, identificando-se a singularidade do voto cativo do coronel. Para isto, afirma-se *o que é o voto de cabresto do coronel*, os canais de vinculação social entre o eleitorado cativo e o coronelato rural e o modo distinto de participação político-eleitoral da massa votante do campo: *os moradores e os sitiantes*, na República Velha. Assim, apreende-se a especificidade da relação política do coronelismo, mediante a singularidade do voto de cabresto do curral eleitoral do coronel. Por fim, no terceiro momento, expõe-se como acontece o processo de ruptura do voto cativo do curral eleitoral do coronel, como se dá a inserção da usura, o ganho econômico, no sistema coronelista, após 1945, que irá provocar a expulsão da massa votante do curral eleitoral. Portanto, a intenção final é resgatar a identidade política do voto de cabresto do coronelismo e, em seguida, demonstrar, historicamente, como se dá o processo de expulsão do voto cativo do sistema de dominação do coronelato rural. Na lógica desta argumentação, destaca-se a superação do elemento central do fenômeno, o coronel, pela função mercantil de compra e venda do voto, agenciada pelo cabo eleitoral, provocando a superação do poder do coronelato rural sobre o eleitorado dependente do campo. Dos dois modelos de mobilização política e articulação eleitoral na sociedade rural, o de mediação do coronel e o de intermediação do cabo eleitoral, desencadeiam-se os recursos de astúcia, as fraudes eleitorais, os mecanismos da coerção e a violência política, como reação coronelista a perda do controle e comando do processo eleitoral. Assim, consolida-se o processo de expulsão dos votos cativos do coronel, pela via

das reformas eleitorais, com a criação da “identidade eleitoral”, no sistema do poder judiciário.

## **CAPÍTULO 1**

### **Teoria Clientelista: paradigmas**

Nas Ciências Sociais, o conhecimento do sistema de mediação política tem recebido contribuições dos estudos antropológicos e políticos, visando singularizar os mecanismos de vinculação social entre as classes sociais na sociedade agrária. As análises antropológicas e políticas buscam caracterizar como ocorre o processo de mobilização e recrutamento eleitoral na zona rural e, também, visam identificar o papel dos articuladores da participação político-eleitoral da massa votante do campo nas disputas partidárias do poder local: coronel e cabo eleitoral.

A Antropologia, ao mapear, num enfoque funcionalista, a relação política nas comunidades rurais da América Latina, da Ásia e da África, apresenta conceitos e desenvolve modelos paradigmáticos acerca da relação “patrão-cliente, clientelismo e patronagem”. A Ciência Política, numa abordagem marxista, por um lado, critica os pressupostos da análise funcionalista, e, por outro, resgata a conceituação “clientelismo” para reaplicá-lo na macroestrutura dos sistemas políticos, sob a ótica de classe social.

Neste sentido, a proposta deste capítulo é resgatar o mapeamento da controvérsia entre os dois modelos analíticos, o antropológico (funcionalista) e o político (marxista), na compreensão dos sistemas de mobilização política e articulação eleitoral no campo. Contudo, em ambas as abordagens, o ponto de conexão que as vincula é a caracterização do que seja o sistema de mediação política que, no Brasil, encontra o seu canal de expressão no fenômeno do coronelismo<sup>9</sup>.

### **Coronelismo: Produção Historiográfica (fases)**

Os estudiosos<sup>10</sup> da história política brasileira têm dedicado, dentre os temas de interesse da comunidade acadêmica, uma atenção especial para o sistema de mediação política na sociedade rural, manifestada no fenômeno do coronelismo. As abordagens sobre o processo de mobilização e recrutamento eleitoral no campo propiciam um horizonte analítico diversificado das interpretações e reinterpretações das relações políticas na dimensão do poder local. Diante disto, apresenta-se, ao pesquisador, o desafio de sistematizar a vasta e

---

<sup>9</sup> No México, o sistema de mediação política denomina-se de “caciquismo”.

<sup>10</sup> Ver a sistematização da vasta bibliografia, neste trabalho, em dois momentos: 2. Coronelismo: produção historiográfica (fases) e no 2.4 Além da Classificação: uma (nova) tipologia.

diversificada produção historiográfica acerca do tema. E, para cumprir tal desafio, este capítulo sistematiza a bibliografia sobre o coronelismo em três fases distintas: *a clássica, a contestação e a reinterpretação*.

### **Produção Historiográfica: Fases**

1. A primeira fase é a “**clássica**”, na qual se localizam três autores, os “**pioneiros**”, que são: Leal<sup>11</sup> (1978), Faoro (1978); e Queiroz<sup>12</sup> (1976). Leal (1978), inicialmente, ao lançar a tese da dependência, principia a fundamentação da corrente privatista ou localista; Faoro (1978), em seguida, com uma interpretação divergente ao modelo localista, lançou a tese centralista; e Queiroz (1976), por fim, com a tese da interdependência ou, ainda, identificada como a tese da troca social ou da barganha eleitoral, retomou e reforçou a corrente localista ou privatista. Portanto, a fase “clássica” é assim designada pela circunstância do lançamento das pioneiras análises do debate “centralismo X privatismo”.

2. A segunda fase, denominada de “**Contestação**”, compõe-se dos cinco estudos “críticos” às análises pioneiras. Sobressaem-se, dentre os que contestam a tese da dependência, Blondel (1957), Pang (1970) e Cammack (1979). E, contra argumentando com a tese da interdependência, destacam-se Saes (1978) e Soares Neto (1984)<sup>13</sup>;

3. A terceira e última fase, a “**Reinterpretação**”, que se caracteriza como a fase na qual os autores apresentam as “novas teses”. Partem das premissas dos trabalhos pioneiros (fase clássica) e dos estudos críticos (fase da contestação), reinterpretando-os sob a ótica de contribuições interpretativas originais. Entre os analistas desta fase, evidenciam-se: Sá (1978), Andrade (1985, 1985<sup>a</sup> e 1988), Dantas (1987) e Barreira<sup>14</sup> (1992).

---

<sup>11</sup> A primeira edição foi publicada no Rio de Janeiro, Forense, 1949.

<sup>12</sup> A primeira versão foi publicada em O BRASIL REPUBLICANO, tomo III, da História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1975.

<sup>13</sup> Como a reflexão deste debate teórico enfoca a controvérsia no interior da tradição “privatista ou localista”, evita-se inserir e abrir a questão com a corrente “centralista” e os seus críticos.

<sup>14</sup> Efetuou-se um levantamento bibliográfico nas Universidades brasileiras, nos Programas de Pós-Graduação, tanto de Mestrado, como de Doutorado, nas áreas de História, Sociologia, Ciência Política e Antropologia. E, também, a aquisição dos trabalhos produzidos. Diante das dificuldades de tempo e de recursos financeiros na execução desta tarefa, deve-se entender a ausência de alguns textos. Além, é claro, da recente produção temática que se apresenta como desafio a atualização da investigação.



**Capítulo 2**  
**Voto de Cabresto:**  
**Singularidade da Relação Política do Coronelismo**  
**(1889-1930)**

Este capítulo identifica a **especificidade da relação política do sistema coronelista**, ao caracterizar a **singularidade do voto de cabresto do curral eleitoral do coronel**. Em função desta meta, apreende-se a **estratégia de dominação do coronelato rural** e se determina a vinculação social que une os coronéis e a massa votante do campo. Em última instância, ao singularizar a participação política do homem do campo no processo eleitoral, demarca-se a distinção dos votos da zona rural e, assim, tipifica-se **o que é (e o que não é) o voto cativo do coronel**.

Deste modo, a abordagem histórica adotada nesta análise privilegia a organização interna do sistema de mediação coronelista, na qual ocorre a identificação da articulação estratégica das alianças políticas, na realidade regional do sertão nordestino algodoeiro.

Portanto, objetiva-se conhecer, historicamente, a estrutura social condicionante da relação política do sistema de dominação do coronelismo, no Seridó potiguar, no período de 1889-1930 (República Velha), a partir da tese 1: **a singularidade do voto-de-cabresto repousa numa relação de dominação e dependência pessoal do morador para com o coronel**.

**Sistema Coronelista**

No sistema coronelista, os recursos se originam da estrutura econômica da cotonicultura (mercado monopsônico), na qual a usina desempenha uma função estratégica de articulação junto às classes proprietárias.

Verticalmente, o latifundiário “arregimenta”, na parceria, o seu contingente eleitoral, conduzindo os seus moradores-parceiros para a disputa local. Reside, no sistema de produção, o nexo de ligação política entre o dono da terra e o morador. Deriva, por conseguinte, desse vínculo social o voto de cabresto do coronel.

Diante do exposto, o canal de articulação do sistema coronelista repousa no sistema de produção, na relação de parceria entre o morador e o latifundiário. Desta forma, o modo de recrutamento da massa votante do campo possui diferenças nos canais de vinculação social para o morador e o sitiante, conforme demonstrado anteriormente.

A participação política ocorre, no sistema coronelista, nos famosos “currais eleitorais”, nos quais não existe a presença de outros agentes, intermediando a participação eleitoral do homem do campo. Existe, apenas, uma relação “direta e pessoal” entre o coronel e os cativos do seu domínio político.

### **Sistema Mercantil do Cabo Eleitoral**

No sistema mercantil do cabo eleitoral, os recursos da sua atuação derivam do poder econômico, externo ao mandonismo local, e possuem o papel de valorização do voto dos cativos do coronel, construindo o mercado eleitoral de compra e venda dos votos dos currais eleitorais.

O “poder econômico”, por não possuir bases eleitorais, intervém nos redutos dos coronéis, visando, por meio do recurso da barganha eleitoral, aliciar e recrutar votação capaz de suprir a falta de massa votante para garantir a representação popular.

A ação intervencionista do cabo eleitoral, ao expulsar os votos de cabresto (do coronel), pela valorização do voto, “criou” similar ao “curral eleitoral”: o “quartel”. Estes serviam de fonte para o controle, no período das eleições, sobre o eleitor aliciado, que havia mercantilizado o voto. Com esse instrumento, resguardavam-se os “expulsos” das investidas de outros aliciadores.

Efetuando-se uma distinção entre os dois métodos de articulação e mobilização política no campo, o coronel obtém os seus votos na relação de parceria (voto de cabresto), enquanto o cabo eleitoral conquista o voto no mercado eleitoral, valorizando pelo maior preço, o voto vinculado ao sistema de poder do coronel. Devido a esta maior cotação, ocorre uma saída dos seus cativos dos currais eleitorais. Portanto, dessa compra e venda do voto, o cabo eleitoral provoca a expulsão do eleitorado do coronel.

O modo de recrutamento do sistema coronelista se dá no sistema de produção (voto de cabresto), ao passo que, no sistema mercantil do cabo eleitoral, o método de aliciamento ocorre na barganha eleitoral, na qual acontece uma transação ditada pelas oscilações do mercado eleitoral, conforme o tipo de eleição (majoritário ou proporcional) e a tensão da disputa.

No que tange à questão da participação política, o “curral eleitoral” representa a fonte na qual se expressa a dominação e dependência pessoal da massa votante ao coronelato rural; ficando reservado ao “quartel” a manifestação do mecanismo pelo qual ocorre a proteção dos aliciadores aos que saíram dos currais eleitorais e a vigilância contra novas investidas de aliciamento eleitoral.

Sintetizando, afirma-se que “o sistema coronelista comporta uma relação direta e pessoal entre o latifundiário e o morador, no sistema de produção, no regime de parceria (meação). O voto de cabresto espelha uma dominação e dependência pessoal do morador ao proprietário da terra, que se expressa na lealdade daquele para com este, no ato de votar. Derivando daí a singularidade do voto de cabresto do coronel”.

### Capítulo 3

#### Ruptura nos Currais Eleitorais: Barganha Econômica

Neste capítulo, expõe-se, historicamente, o **processo de ruptura do sistema de mediação política do coronelato rural**. Pretende-se explicitar **como ocorre a ruptura nos mecanismos de dominação dos coronéis**. Demonstra-se, pois, de que forma se dá a **expulsão do eleitorado de cabresto do controle dos coronéis**. Para isto, sistematiza-se o processo de ruptura do domínio coronelístico em duas fases: na primeira fase, acontece a **ruptura econômica (1930-45)**, na qual se instalam **novas relações de comercialização no mercado algodoeiro**, por intermédio do **corretor**, agente e representante das multinacionais no mercado monopsônico da cotonicultura do sertão nordestino, desorganizando a base socioeconômica de poder do coronelato rural (4.1); na segunda fase, ao se implantar a “**barganha econômica**” como recurso de **aliciamento da massa votante do campo, pela ação mercantil do cabo mercantil do cabo eleitoral**, ocorre a **ruptura política** do sistema coronelista (após 1945) que provoca a expulsão do eleitorado de cabresto do domínio e controle do coronel (4.2).

Assim sendo, há a mudança do elemento central da mobilização e recrutamento político no campo, ao se transferir **do coronel para o cabo eleitoral a função de domínio e controle do processo eleitoral**, por intermédio do método de compra e venda do voto da massa votante da zona rural. A partir da tensão interna criada pela disputa entre os dois métodos de mobilização e recrutamento da massa votante do campo, o sistema de dominação e dependência pessoal do coronel e o sistema mercantil de compra e venda do voto do cabo eleitoral; o conflito deflagra o confronto em três vias:

1. por meio dos recursos fraudulentos de produzir e reproduzir a população eleitoral para recompensar a perda de massa votante expulsa pela “barganha econômica” do sistema mercantil do cabo eleitoral (4.3 As Fraudes Eleitorais);

2. pela via de implantação dos mecanismos legais, por intermédio da “**identidade eleitoral**”, como instrumento de consolidação do processo de expulsão do cativo do curral eleitoral do coronel (4.4 “Identidade Eleitoral”: Consolidação da Ruptura, 1950);

3. por intermédio do uso da violência política, pela via da coerção, como medida de afastar das urnas a facção adversária, pelo confronto externo, pois o método anterior (fraudes eleitorais) se demonstra incapaz e insuficiente para preservar o domínio e o controle do processo eleitoral (4.5 Coerção Política).

Portanto, a partir destas proposições analíticas, demonstradas neste capítulo, pretende-se provar que: “**o sistema de compra e venda do voto, no mercado eleitoral, por intermédio do cabo eleitoral, implanta a barganha econômica no reduto político do coronel**” (tese 2).

## Capítulo 4

### Processo de Ruptura: Causas e Indicadores

O presente capítulo, num estilo formal<sup>15</sup>, apresenta o movimento processual da expulsão dos votos cativos dos currais eleitorais do sistema de dominação do coronelato rural, demarcando as fases nas quais se confrontaram os dois modelos de mobilização política na arena eleitoral: o de mediação do coronel e o de intermediação do cabo eleitoral.

Inicialmente, são identificadas **as causas** (diretas e indiretas) que determinam o processo de ruptura, com os **indicadores** (internos e externos) que comprovam a perda do domínio e controle do processo eleitoral pelos coronéis. Em seguida, analisa-se a **reação coronelista**, por intermédio dos mecanismos da **astúcia e da coerção**, num movimento de confronto ao novo sistema de intermediação política no campo, o do aliciamento mercantil do voto, pelo cabo eleitoral, por meio da barganha eleitoral. Posteriormente, a análise elucida os dois métodos de controle do voto, ao tipificar os modos de aliciamento do eleitorado, na obtenção do voto: “**o de conquista do cabo eleitoral**” e “**a ação de preservação do coronel**”. Por fim, a interpretação apresenta as **mudanças** (endógenas e exógenas) provocadas na correlação de forças entre os sistemas de mobilização política no campo. Ao concluir a demarcação entre os dois sistemas de mobilização político-eleitoral, a “tese da ruptura” contra-argumenta com a “tese da barganha eleitoral”, (QUEIROZ, 1978), e refuta a análise pioneira da troca social sobre a identidade da relação política do coronelismo e a singularidade do voto de cabresto do curral eleitoral do coronel.

---

<sup>15</sup> Adverte-se, desde logo, que este capítulo expressa uma síntese dos capítulos terceiro e quarto, anteriormente demonstrados. A especificidade do argumento exposto é o movimento processual do que se

## CONCLUSÃO

“... eu também vos pergunto: onde e em que Tempo houve liberdade de voto aqui no Estado<sup>16</sup>”.

A tese da ruptura, após a exposição das suas proposições analíticas e a demonstração das provas históricas, sistematiza a argumentação conclusiva em dois aspectos: no primeiro, expõe a arquitetura da interpretação, enfocando o processo de articulação das proposições analíticas com a conclusão. Deste modo, apresenta a lógica que a análise desenvolveu para construir a reinterpretação da relação política do coronelismo, ao demarcar, na sua essência, **o que é o voto de cabresto**. Em função disto, determina como **ocorre o processo de ruptura política do sistema de mediação do coronelato rural**; em seguida, caracteriza cada um dos sistemas de mobilização política abordados nesta reflexão, o sistema de mediação coronelista e o sistema de intermediação do cabo eleitoral, identificando-se os seus mecanismos de articulação política, por intermédio de quatro conceitos analíticos: **tipologia dos sistemas de articulação política; recursos de mobilização; canais de articulação e participação política**.

A organização social do sistema algodoeiro apresenta, estrutural e historicamente, dois tipos de alianças políticas: “**aliança vertical**” e “**aliança horizontal**”.

A “*aliança vertical*” vincula o coronel e o morador, aquele superior e, este, inferior. São, pois, dois atores que estabelecem uma relação com **acesso aos recursos** de “forma desigual”. Por esta razão, o tipo de vínculo (que os prende) reside, fundamentalmente, na instância particular, **a fazenda**. Nela, localiza-se **a fonte de poder do coronel e da dominação e dependência pessoal do homem do campo**. Derivando, também dela, toda a relação direta e de dependência que os atores se determinam em busca de “mútuo benefício”. Portanto, uma relação que se caracteriza apenas “entre” dois atores. Por isto mesmo, de homem para homem, uma relação de dominação e dependência pessoal do morador para com o fazendeiro (o coronel).

A “*aliança horizontal*” ocorre entre o sitiante e o usineiro do algodão. Aqui, a relação caracteriza-se por uma relação complementar, simétrica. Não ocorre a relação direta de homem para homem, e, sim, **instrumental**, na qual **a relação de comercialização** faz a

---

analisou historicamente. Dito isto, espera-se que não se identifique uma exposição repetitiva e, sim, um recurso metodológico e (de estilo, também) da organização formal da tese da ruptura.

<sup>16</sup> Lauro Sertanejo, Verdade, Flores, 6 de abril de 1913, p. 1.

função de articulação entre os atores envolvidos: os latifundiários, os sitiantes (pequenos e médios proprietários) e o usineiro.

Portanto, o modo de organização social e econômica do sistema algodoeiro demarca as relações políticas no campo. A estrutura do mercado com muitos produtores e poucos compradores (**mercado monopsônico**) define as relações horizontais e verticais das alianças políticas da sociedade rural. O poder político do sistema coronelista origina-se, por conseguinte, da estrutura que o sistema algodoeiro organiza, por intermédio de duas unidades básicas: “a **usina de beneficiamento**” do caroço do algodão; e “a **fazenda**”, produtora algodoeira. Cabendo, entretanto, **a usina algodoeira o papel estratégico de articulação eleitoral da mobilização política das alianças de classe.**

A “usina de beneficiamento” (do caroço do algodão), estrategicamente situada no sistema algodoeiro, controla os recursos privados, tanto dos sitiantes (pequenos e médios proprietários), quanto na grande propriedade, via sistema de comercialização da lavoura algodoeira, por meio do financiamento da safra agrícola. O usineiro desempenha um papel de articulação econômica, no nível das classes proprietárias; e o coronel exerce a sua função política de recrutamento dos moradores-parceiros para a disputa partidária. Muitas vezes, a função de mobilizador político do eleitorado se confunde com a de usineiro, pelo fato de que o coronel é, antes de tudo, um proprietário de usina algodoeira. Em última instância, a posse da terra determina as condições estruturais de funcionamento das relações eleitorais na sociedade algodoeira, pois o fundamento do voto de cabresto deriva da relação de parceria (meação) que cria o vínculo político entre o morador e o fazendeiro. A entrada dos parceiros (moradores) na disputa eleitoral representa uma relação de dominação e dependência pessoal dos meeiros aos proprietários da terra. O parceiro (morador) participa do processo eleitoral constituindo o “curral eleitoral” do coronel. Deste modo, manifesta uma lealdade para com aquele que lhe oferece a terra para trabalhar no sistema de meação. O fazendeiro entra na disputa partidária, consolidando a estrutura que o sistema algodoeiro organiza, articulado pela usina, com o seu contingente eleitoral formado basicamente de moradores (parceiros-meeiros). Ocorre, portanto, um nexo de vinculação e sujeição pessoal do parceiro ao fazendeiro (coronel), por uma lógica intrínseca ao modo de estruturação e funcionamento da sociedade algodoeira produzir e se reproduzir.

A composição social da massa votante do sertão nordestino, em geral, e do Seridó potiguar, em particular, no período de 1889-1930, encontra-se estratificada, de forma quase integral, em duas categorias: “os moradores” e “os sitiantes”. Enquanto aquele (morador)

possui a vinculação eleitoral com o coronel com base na relação social de parceria do sistema produtivo da fazenda, constituindo-se, por esta razão, na singularidade do voto de cabresto; o sitiante se liga, pela relação de comercialização (e de crédito, como canal de vinculação) do algodão produzido nas pequenas e médias propriedades, com o comprador da safra: a usina de beneficiamento de caroço de algodão (o usineiro algodoeiro). Trata-se, neste último caso, do vínculo entre o “coronel” e os seus clientes comerciais, determinados pela relação comercial de compra do algodão que o sistema algodoeiro define como o “voto de clientela”. Quando ocorre a transferência de venda da safra para uma outra usina, também sucede a mudança no compromisso político do voto. Portanto, o “voto de clientela” envolve, fundamentalmente, os sítiantes e a usina de beneficiar o caroço de algodão. O vínculo social se origina da relação comercial que une produtor (sitiante) e comprador (usineiro). Deriva da relação comercial o compromisso eleitoral dos sítiantes para com aquele que lhe adquire a produção: o usineiro algodoeiro.

Pelo exposto, afirma-se a partir das proposições analíticas que fundamentam a tese da ruptura e da negação das premissas que embasam a tese da barganha eleitoral, que:

**“A compra e venda do voto não pertencem ao sistema de recrutamento eleitoral do sistema de mediação do coronel.** Não existe a barganha eleitoral no sistema de mediação (dominação) do coronelato rural. O voto de cabresto não constitui um bem de troca, uma reciprocidade de benefícios materiais e sociais por apoio político, por voto, entre os eleitores e os coronéis, intermediados por um cabo eleitoral.

**O coronelismo é negado, isto sim, pelo sistema de barganha, pelo sistema de compra e venda do voto,** do qual emerge um novo agente político no processo de aliciamento da massa votante: o cabo eleitoral. Este representa o agente que provoca a dissociação entre o coronel e o seu eleitorado cativo. Rompe-se a relação política cativa do coronelismo ao se inserir um ganho monetário (ou material) em troca do apoio político nas eleições; o voto. Desta forma, **a ação de intervenção do cabo eleitoral visa retirar (daí, expulsar) do comando do coronelato rural o controle do processo de mediação eleitoral no campo.** O cabo eleitoral representa, na realidade, a negação do sistema de mediação política do coronel. Portanto, **ocorre uma ruptura no sistema de mediação (dominação) dos currais eleitorais ao se mercadejar os votos por ganhos materiais (ou monetários) ”.**

O confronto das duas teses, a da “barganha eleitoral” e “tese da ruptura”, a partir de quatro categorias analíticas (*tipos de sistemas de articulação política, recursos da mobilização política,*

*canal da articulação da massa votante e comportamento eleitoral do votante*), permite concluir que, numa reflexão comparativa entre os dois métodos de mobilização política (o sistema de mediação coronelista e o sistema de intermediação do cabo eleitoral), as diferenças caracterizam os distintos métodos de recrutamento, mobilização eleitoral e aliciamento do voto da população rural.

#### REFERÊNCIAS<sup>17</sup>

- Faoro, Raimundo (1979). *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Nacional*. 5ª. ed. Porto Alegre: Globo.
- Leal, V. N. (1978). *Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo*. 4ª. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Lins, W. et alii (1988). *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Ianamá.
- Queiroz, M. I. Pereira de (1976). *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Saes, Décio A M. (1978). *Coronelismo e Estado burguês: Elementos para uma Reinterpretação*. Estudios Rurales Latinoamericanos. Bogotá, 1(3):68-93.
- Singer, Paul. (1966). “*A Política das Classes Dominantes*”. In: Ianni, O. et alii. *Política e revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Villaça, M. V. (1978). Albuquerque, R. C. de. *Coronel, Coronéis*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: UnB.

---

<sup>17</sup> A bibliografia apresentada é sinteticamente apenas uma amostra do universo originalmente exposto na tese.